

**AS REPRESENTAÇÕES DO ASILO DE ALIENADOS DE TERESINA NO
DISCURSO DOS MÉDICOS E FILANTROPOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Márcia Castelo Branco Santana
Professora Adjunta I da Universidade Estadual do
Piauí
marciacbsantana@hotmail.com

Durante o ano de 1907, o Jornal *O Commercio* noticiava de maneira rápida casos de pessoas, que por algum motivo foram consideradas loucas e precisaram ser internadas nos hospícios no Brasil para tratamento. A divulgação e circulação desses casos pelo jornal permitiu à sociedade letrada teresinense, que tinha acesso a esse meio de comunicação, identificar, mesmo que de maneira rápida, não só o motivo da internação como os locais para onde essas pessoas consideradas loucas eram enviadas. As notícias coletadas, a partir dos jornais aconteceram entre abril e agosto de 1907, mesmo ano que o Asilo de Alienados de Teresina foi inaugurados.¹

No início do século XX, a prática de internações em Hospícios já aparecia de maneira mais contundente, o que pode explicar também o fato de muitos desses serem noticiados na imprensa. As famílias que se viam às voltas com algum caso já buscavam com mais facilidade as instituições e os médicos para um tratamento, e mesmo a internação, para que seu familiar acometido pela loucura pudesse ser assistido por uma Medicina que já se mostrava mais avançada, em hospícios que tinham sido criados no século XIX.

Assim, ver esses casos estampados nos jornais em um maior número aponta para indícios que as instituições para alienados avolumavam-se como locais necessários para acolher esse tipo de doente. É fato também que o Asilo para alienados de Teresina não tinha ainda seu término concluído, apesar de já ter sido inaugurado no início de 1907, como uma das obras representativas de um ato filantrópico dos mais importantes no sentido de ajudar os infelizes alienados do Estado. No entanto, esse parece ter atendido primeiro os “loucos indigentes” do que os que provinham de uma classe mais abastada.

¹ Os dados coletados dessa informação foram baseados em notícias veiculadas pelo Jornal *O Commercio*.

É válido lembrar que, nesse momento [1907], já se formulava outra conjuntura para os ditos loucos no Piauí. A Lei de 1903 já havia sido aprovada, e, entre os piauienses, se formulava a possibilidade da criação de um Asilo para recolher os alienados. Contexto, que pressupunha uma discussão mais efetiva sobre a necessidade de não deixar que fossem recolhidos a locais inapropriados, mas começar a ter um redirecionamento na forma como prestar assistência a esses sujeitos. Assim, os primeiros indícios de um olhar diferenciado despontavam no Estado.

A visibilidade na imprensa piauiense, dos casos de internação nos remete ao fato de que era notório que havia certa necessidade de se ter no Estado um espaço para melhor assistir os que recebiam o diagnóstico de alienados, principalmente para aqueles que não podiam ser enviados a outros hospícios do País, seja pelas questões econômicas e legais que envolviam tal ato, seja pelo fato de pertencerem a classe pobre, o que se tornava muito mais difícil.

Desse modo, o processo de internação acontecia, dentro de um contexto bem diferente da maioria dos casos, pois a argumentação principal identificada nas fontes consultadas centrou-se na questão de que a construção de um asilo para os alienados em Teresina constitui-se pela necessidade de retirada dos ditos loucos e loucas das ruas da cidade e das celas da Cadeia. Esses “loucos” eram pessoas pobres advindas de condições miseráveis de existência, o que levava uma parte da sociedade a pensar em proporcionar melhores condições de vida, para eles.

As formas de discursos expressas sobre a instituição com seu efetivo funcionamento remetem não só às representações sobre o louco, bem como à assistência prestada no Asilo aos internos. Constituem essas falas também os indícios de um progressivo aumento da preocupação com esses sujeitos que em boa parte foram mantidos na invisibilidade da Cadeia e das ruas. Nesse contexto, a construção do Asilo de Alienados de Teresina passou a ganhar uma relevância no meio da cidade e a gerar uma polifonia sobre os ditos loucos, expressa por médicos e alguns sujeitos da cidade envolvidos com as questões de melhor atender a sociedade em suas múltiplas áreas, como os provedores da Santa Casa, governadores e alguns intelectuais que possuíam peso na sociedade, pelo fato de expressarem suas ideias nos jornais e circularem nos diversos ambientes da cidade.

Entende-se, pois que, para estes “loucos” e os que eram recolhidos à Cadeia e, algumas vezes, às enfermarias da Santa Casa de Teresina, a melhor forma de atendê-los estaria na construção do Asilo que os abrigaria e lhes prestaria assistência. Luta que logo foi deflagrada pelos médicos, que já lidavam com muitos desses casos. A partir do momento em que o Asilo passa a ser visualizado no cenário da cidade, este passou a constituir vários olhares, não só sobre o aspecto estrutural, como também dos sujeitos constituidores daquele espaço.

Alguns teresinenses não suportavam, por outro lado, ver os “indigentes” e “loucos” espalhados pela cidade, principalmente quando esses sujeitos se encontravam nos espaços públicos e se tornavam uma ameaça não só pela sua insanidade mental, mas também se configuravam uma ameaça à higiene desses locais da cidade. Nesse sentido, o teresinense Feliciano Pereira dos Anjos dirigiu-se, em 21 de junho de 1907, ao Intendente municipal de Teresina e ao Provedor da Santa Casa, pedindo providências para que as seguintes medidas fossem tomadas em relação a um indigente hidrópico, conhecido como Balsas.² A justificativa de tal pedido, segundo Feliciano dos Anjos, estava no fato de que o Balsas fazia do Mercado Público seu local de moradia e ainda “[...] a todo instante, obrigado pela moléstia que o maltratava a minar a existência, a emporcalhar os salões daquele departamento municipal, que merece todo o asseio por ser, como é, a dispensa do povo em massa [...]” (SECCÇÃO PAGA, 1907, p 2). Para que essa cena não se repetisse e os usuários do mercado não fossem surpreendidos às voltas com esse tipo de pessoa, era necessário privar a moradia desses sujeitos no mercado, como estava sendo exigido para o caso de Balsas. Finalizava o reclamo, lembrando ao Provedor da Santa Casa que deveria tomar como atitude “o recolhimento daquela infeliz criatura humana àquella pia instituição” (SECCÇÃO PAGA, 1907, p. 2).

A rigor, por ser a Santa Casa uma instituição de Caridade, era costume as enfermarias estarem sempre de portas abertas para receber os doentes pobres da cidade;

² O termo faz referência a pessoas que sofrem de hidropsia, doença em que há uma acumulação de fluido nas cavidades naturais do corpo ou no tecido celular. Esse termo também pode ser usado como sinônimo de edema. As partes mais comuns onde se encontram tais edemas podem ser no abdome, no peito, no encéfalo, nos rins, nas pernas e em torno dos olhos. Essa doença também foi citada na Bíblia no Livro de Lucas, capítulo I, versículos 1 a 6. Quando o reclamante denominou Balsas com a terminologia de hidrópico deveria estar se referindo aos edemas que o indigente possuía pelo corpo que fazia os transeuntes lembrarem da passagem bíblica.

daí o redator fazer essa observação ao término da reclamação. Como é presumível que o caso do Balsas não fosse isolado na cidade, mas que existissem vários outros incorporados às ruas e paisagens de Teresina. Também se fazia necessário que o poder público tomasse medidas para debelar esses tipos que “emporcalhavam os salões”, estendendo aqui a expressão para além dos salões do Mercado Público, mas para todos os espaços, como praças, igrejas, teatro, cafés e passeios públicos frequentados pela elite que repugnava esses personagens dos arrabaldes de Teresina.³ A pobreza e a doença que Balsas carregava na sua vida não o livrou de ser alvo de um discurso de isolamento muito comum, naqueles anos, para os que não estavam inseridos dentro regras de higiene, da limpeza e do embelezamento da cidade.

Para tanto, as instituições filantrópicas foram primordiais neste trabalho, pois desempenharam o papel de atender uma demanda de pessoas indigentes que sofriam com a ausência de assistência à saúde, alimentação e trabalho. Muitos também eram carentes de moradia, ampliando a necessidade de assistência para o fornecimento de abrigos as essas pessoas. Assim, a ação dos filantropos abrangia um campo social que envolvia uma teia de instituições e atividades importantes na vida de uma cidade.

Segundo Sandra Caponi (2000, p.76), a política assistencialista dos filantropos diferenciava da pura caridade clássica, que era onerosa e ineficiente, por uma assistência baseada nas demandas utilitaristas proporcionadora de um bem-estar da sociedade. Esse assistencialismo filantrópico possuía entre seus condutores o Estado e as iniciativas pessoais que substituíram a ação caridosa, por uma organização educativa e preventiva sobre os que dela necessitavam. Frente a essa situação, os dados coletados na instituição

³ Os odores exalados pelos locais, como açougues, mercados, feiras e mafuás, onde transita um número considerável de pessoas da cidade em busca de realizar as compras diárias para a manutenção da família, são característicos desses ambientes em que se misturam os cheiros próprios de alimentos perecíveis e não perecíveis. Devem ser acrescentados a isso os restos que são jogados fora, muitas vezes sem as devidas precauções. Essas sobras, junto a outros lixos produzidos pelos vários usuários, tornam-se reservatórios de atração de vários insetos propagadores de doenças, ao tempo em que servem como o único alimento que os indigentes procuram para comer, por não possuírem outros meios de conseguir uma alimentação melhor. O leitor que escreveu no Jornal *O Commercio*, em 1907, certamente se deparava com uma dessas cenas, quando ia ao Mercado Público e encontrava Balsas. Naquele contexto, esses odores fétidos, a falta de limpeza e higiene, bem como a presença de pessoas doentes à procura de alimentos estragados, em um ambiente que precisava ter assepsia, marcaria um discurso de que todos os pobres e doentes constituíam massa perigosa que trazia uma desorganização pútrida para a cidade. Assim, os espaços públicos deveriam estar sob constante vigilância para não emanar esses odores nauseabundos que feriam a nova sensibilidade social marcada agora por uma qualidade olfativa em que os “cheiros inoportunos” eram ameaça à saúde. (CORBIN, 1987).

pelas atividades dos filantropos passaram a representar mapas para que as autoridades agissem com táticas de intervenções. Para a autora, a filantropia desenvolvida a partir desse contexto contava “[...] com a solidariedade dos aparelhos administrativos estatais, da própria Polícia e da Justiça, que agora pode punir claramente esses desvios [...]” (CAPONI, 2000, p.80). Em Teresina, a Santa Casa tinha um peso primordial nesse campo, pois, além de ofertar um serviço médico à população carente, destacava-se a partir de 1909 pelo fato de ter sob sua administração o Asilo de Alienado do qual era possível ampliar seu raio de ação no controle sobre os sujeitos desviantes.

Dessa forma, a Santa Casa de Misericórdia constituiu, na prática, o lugar onde se ouvia, com maior intensidade, vozes sobre o Asilo ou de onde se originaram os olhares mais contundentes sobre essa instituição. Deve-se notar que a Santa Casa já cuidava dos loucos antes da fundação do Asilo, porém, por não ser algo específico do seu funcionamento, pouco se configurou em seus registros maior detalhamento sobre os casos que eram atendidos com esse objetivo. A partir de então, percebe-se nos relatórios dos provedores que surgiram uma gama de preocupações a respeito das formas de assistência dada aos “loucos” no Asilo, bem como da maneira como seria possível mudar alguns desses elementos. Com base nesses pontos, fomos constituindo as teias que circundavam o Asilo de Alienados nas falas de seus sujeitos, a partir de sua fundação e quando passou a funcionar sob as ordens dos Provedores da Santa Casa.

Cumprase notar que a fundação do Asilo em Teresina não representava somente uma forma de assistência aos ditos loucos, tratava-se, antes de tudo, como uma obra que abrigaria os sujeitos desviantes e que flanavam pelas ruas da cidade, o que era associado à vadiagem, que representava, para muitas urbes um perigo à circulação dos habitantes virtuosos. Assim, o discurso de criação do Asilo já carrega um peso de que esse não só era possível assistir de uma forma melhor os ditos loucos da cadeia como, acima de tudo, eliminaria os sujeitos de condutas ameaçadoras.

A despeito disso, alguns governos já expressavam que a melhor forma de eliminar os elementos indesejáveis seria mesmo a partir do funcionamento do Asilo, pois, quando não viviam soltos nas ruas, os “loucos” estavam em situação de promiscuidade com os criminosos da Cadeia, o que teria levado o governador a autorizar à Santa Casa a construir uma secção só para os considerados loucos em suas dependências, onde também não

havia lugar certo e isolado para este fim (PIAUI, 1904, p. 14). No entanto, essa foi apenas uma medida emergencial e que não bastava para atender as reais necessidades daqueles que viviam presos nas celas da Cadeia. Para esses, somente o Asilo atenderia de forma adequada. A ideia era separar os “loucos” dos criminosos comuns e promover sua reabilitação. Nesse sentido, o Asilo revela-se aos olhos dos teresinenses como o espaço definidor dessas questões.

O discurso do governo sobre as condições de insalubridade dos prédios públicos continuaria pelo ano seguinte, destacando principalmente as péssimas condições da Cadeia, na qual se encontravam seis alienados:

Achando-se esse prédio estadual nas mais desoladoras condições de asseio e conforto, ameaçando a existência dos infelizes nelle recusos, não só pela insalubridade do seu interior, infecto e escuro, como pelo estado de ruina do tecto, incumbi ao dr. Diretor de Obras Públicas de mandar proceder aos reparos e saneamento mais urgentes aguardando mais tarde realizar mais completo melhoramento (PAIAUI, 1905, p. 10).

Tirar os alienados desse ambiente impregnado de sujeira e que era insalubre para aqueles doentes obrigados a ficar lá, transformou-se na principal fala dos governos estaduais do Piauí, sobre os considerados pobres loucos da região. Associavam-se, para pressionar o governo, os relatórios do Secretário da Polícia e do Provedor da Santa Casa, apontando, de forma excessiva, o que chamavam de uma vida miserável desses infelizes, que já haviam perdido a razão e ainda eram obrigados a viver reclusos em espaços “infectos e escuros”. Assim, tanto o hospital, administrado pela ordem da Santa Casa, como a Cadeia já não socorriam os alienados, levando esses a um estado de sujeição às mais tristes condições, muito longe do bem-estar, que, na fala, de muitos, só seria conseguido com o Asilo.

Assim, ao passo que iam se fortalecendo esses discursos o Asilo passou representar a “salvação” desses sujeitos e a mobilizar cada vez mais os meios sociais a favor de sua criação. Utilizou-se inclusive da ideia de compaixão presente nas ações dos membros da Santa Casa que atendiam os demais desvalidos, sendo que os “loucos” não tinham a mesma sorte dos que chegavam às enfermarias do hospital.

Para tanto, o governador se achou no direito e no dever de retirar parte das subvenções que atendiam tanto o hospital de Teresina quanto o de Parnaíba, para iniciar

o prédio do Asilo, na medida em que na fundação daquela instituição estaria marcada também a ação dos filantropos, e assim, melhor se definiriam as reformas que estes propunham como assistência. Essa foi talvez, a primeira iniciativa de mostrar aos teresinenses que a edificação de um Asilo na cidade contribuiria para uma nova ordem social, não apenas nos espaços da Cadeia, mas dos logradouros de Teresina e, fundamentalmente, para o Hospital da Santa Casa, que passaria a atender cada vez mais pessoas, ficando visível aos olhos dos demais as cenas lamentáveis às quais os loucos recolhidos no hospital estavam submetidos.

No ano seguinte o governador, Álvaro de Assis Osório Mendes atribuía essa luta à ação filantrópica dos médicos que atuavam na Santa Casa (PIAÚÍ, 1906, p. 09), revelando outra frente de pressão que passava a se manifestar a favor da presença desse espaço na cidade. O momento de expressão dos médicos era oportuno, pois não só alegavam a incapacidade da Santa Casa para receber esses doentes, como apontavam o aumento de atendimentos e demandas que existiam no hospital, no início do século, para outras doenças, e que, portanto, ficava inviável tratar os loucos com doentes de outra ordem. Os provedores se viam às voltas em atender, assim, cada vez mais uma classe de desvalidos que crescia, a cada ano, sendo necessário, portanto, organizar todos esses atendimentos. Quando esses médicos se manifestaram pela criação do hospício previam melhor assistência aos “loucos” do Estado, que, até então, ainda não estava definida. Animados pelo apoio que receberam do governo estadual, na gestão anterior, e balizados pela nova gestão de Álvaro de Assis Osório Mendes, os médicos passaram a ser a voz mais ressonante da importância do Asilo em Teresina. A argumentação mostrava-se ligada ao valor filantrópico desenvolvido pela classe médica em relação a esses doentes. Com a edificação do Asilo, em favor dos enfermos da alienação mental, estes ganhariam agasalho e tratamento.

Animados pelo apoio que vinham recebendo, os médicos que possuíam relevância e atuação na cidade e na Santa Casa, entre eles, Areolino Antônio de Abreu, Marcos Araújo Pereira, Bonifácio Carvalho, reforçaram os argumentos de que no Asilo os “loucos” receberiam uma assistência mais específica, na medida em que teriam as diferenciações de internamento e tratamento. O agasalho ao qual se reportavam estava relacionado às questões de os “loucos” da cidade não encontrarem isso nem no Hospital

de Caridade e muito menos na Cadeia, pois, como foi relatado, há muito se tentava reorganizar esse prédio público que só tendia a se deteriorar, cada vez mais levando os presos [e loucos] a não ter o mínimo de conforto dentro das celas.

A Comissão criada pelos médicos respaldava a exigência desse espaço, destinado apenas aos alienados, pois tocados pela forma injusta como eram recolhidos e tratados os alienados no Estado, a defesa dos médicos em favor do Asilo confirmava que os doentes mentais pareciam viver mais no que nomeavam de depositários da miséria humana do que em um hospital. Nesse ponto, havia também a questão da influência do discurso da Medicina para a prevenção de males maiores que poderiam causar a não organização de espaços dessa natureza, como os hospitais e a cadeia, já que eles se configuravam como lugares onde se fazia necessária maior higiene.

Se por um lado a separação entre “loucos” e doentes da Santa Casa e os presos comuns pode ser reputada aos médicos, nesse primeiro momento, por outro, não se pode esquecer que posteriormente os Provedores da Santa Casa ganhariam um destaque na forma como passariam a ver o Asilo. Isso em razão de caber ao Provedor administrar os dois hospitais: Santa Casa e Asilo de Alienados. Essa condição passa a ser proeminente, a partir da década de 1910, quando a atuação dos Provedores ocorreu de forma mais direta no Asilo e as duas instituições passaram a exigir mais da Mesa Administrativa da Santa Casa, na resolutividade dos problemas dos dois hospitais. Havia no discurso dos provedores a questão da “ausência” ou da “falta” que marcava o funcionamento da instituição filantrópica da Santa Casa e que se estenderia para o Asilo de Alienados.

Consoante a essa afirmativa, esse trecho do Relatório do Provedor da Santa Casa já era bem chamativo quanto aos seguintes pontos:

A não ser as despesas do pessoal, medicamentos e dietas, só foram feitas as absolutamente necessárias. O saldo que passou para 1907 é de R\$ 3.590\$043, o que indica serem afflictivas as condições financeiras da Santa Casa, que necessita de recursos para se poder manter na altura de seus fins. É, pois, com a maior confiança que o Conselho Administrativo appella para a V. Ex^a cujo patriotismo e actos de philantropia são por vos reconhecido e proclamados. Só uma maior subvenção por parte do Estado, poderá essa pia instituição corresponder a expectativa geral, tornando-se um abrigo dos desprotegidos de fortuna, nos seus dias de dores e amarguras (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TERESINA, 1906, p. 04).

Em seu Relatório, o Provedor apresenta um quadro não muito animador das condições financeiras da Santa Casa, algo muito proeminente nesse tipo de documento, pois era preciso sempre alardear o fato, considerando que essa era uma instituição filantrópica que dependia da generosidade das doações para se manter. O serviço de filantropia que marcava seu atendimento atraía um número maior de doentes pobres; e, para o Provedor, essa demanda só seria atendida com o aumento das subvenções e doações que a Santa Casa viesse a receber. Sob esse pretexto, o Provedor solicita ao governo as verbas, apelando para o sentimento de filantropia que o Estado possuía e “proclamava”, ao tempo em que enfatiza que a Santa Casa era “um abrigo dos desprotegidos da fortuna, nos seus dias de dores e amarguras”.

Como se pode observar, a concepção discutida por Sandra Caponi acerca das mudanças que se operaram na forma de conceber assistência aos pobres estaria presente entre os Provedores da Santa Casa de Teresina e sua relação com o Estado, pois “inevitavelmente, será o próprio Estado ou as iniciativas pessoais, mas não as paróquias, que contam[vam] com o poder para organizar essa assistência [...]” (CAPONI, 2000, p. 77) sem, no entanto, abandonar as ações fundadas em uma ética da caridade e da compaixão, na medida em que “[...] os filantropos do século XIX insistiram em apresentar suas instituições disciplinares sob a retórica da compaixão não por ironia nem por hipocrisia, mas por estrita complementaridade” (CAPONI, 2000, p. 77), o que para a autora significa que são dois mundos que não vão se estranhar, mas sempre se perceber na fala do Provedor uma postura mais combativa, porém sem perder o vínculo necessário com a autoridade do Estado.

O Asilo de Alienados começava a configurar-se na voz do governador como um “peso” para as contas do Estado, tal como passaria a ser para a Santa Casa, segundos os provedores. Durante toda a década, multiplicaram-se as denúncias de que não se repassavam as verbas das loterias que se deviam ao Asilo e que deveriam sustentar a pia instituição. Por conta disso, o Asilo transformava-se a cada dia em um local decadente que não cumpria suas funções, sendo adjetivado pela fala dos provedores como um local rudimentar, penoso e precário.

O que era para ser um espaço de assistência aos “desvalidos e sem razão” carecia do principal – a caridade – o que fez o Provedor, em 1918, referir-se ao tema, nos seguintes termos:

Como sabe V. Exia, muito pouco ou quase nada podemos esperar da caridade particular que é excessivamente morosa e retrahida, e, nesse caso, esses dois estabelecimentos [Santa Casa e Asilo de Alienados] tem que depositar no Estado as suas únicas esperanças, appellando sempre par a philantropia e boa vontade daqueles que a dirigem (SANA CASA DE MISERICÓRDIA DE TERESINA, 1918, p. 01).

Mais uma vez a argumentação se voltava para a questão da filantropia ou de sua ausência em alguns setores, para mostrar as impossibilidades das instituições de caridade de prestarem serviços de melhor qualidade a seus doentes, de socorrer com medicamentos, de possuir um número maior de leitos e enfermarias, atenção médica, tratamento adequado, alimentação e vestimentas.

Ou seja, por ser uma obra de volumoso significado na assistência aos alienados e na organização de cidade, o hospital para os alienados estava se tornando grande fardo econômico, e, em consequência, privando seus doentes do mínimo que precisavam em um nosocômio que era de vestimentas, alimentação e um leito para se deitar.⁴ Longe de ser um hospital que atendesse os alienados no que precisavam, o Asilo de Alienados de Teresina, nos anos seguintes a sua inauguração, já apresentava sérios problemas de ordem financeira e de assistência, causando má impressão em quem dependia dele para ser internado ou mesmo nos que administravam e mantinham a instituição. Contexto que ocasionou algumas denúncias de abusos que passaram a ser vistos nas atitudes do Provedor, conforme o Jornal O Piauihy manifestou em outubro de 1918, com relação a um doente mental que deveria ser internado no Asilo, porém em razão de desavenças com o Provedor tal atitude não foi concretizada (NA CASA de detenção..., 1918, p. 4).

A narrativa desse caso é um forte indício de como alguns doentes podiam ser tratados no Asilo, caso não viessem a atender às normas da instituição em que cabia ao doente, pelo Art. 44 do Estatuto da Santa Casa de 1889, sujeitar-se aos preceitos

⁴ O governador Eurípedes Clementino de Aguiar expressaria em sua mensagem, no ano de 1917, que conseguiu dar aos alienados esses itens no seu primeiro ano de governo, considerando que todos esses pontos eram uma necessidade real para os internos e itens de primeira necessidade que deveriam ser logo supridos.

colocados nos parágrafos sobre os deveres do enfermo interno. Caso não os cumprisse, o Art. 45, rezava que “O Provedor poderá[ria] torná-lo incomunicável ou dar-lhe alta com a nota prejudicial a sua permanência no hospital (PIAUÍ, 1898, p. 152). Nesses termos, o Provedor, sequer autorizou a internação do doente, ficando este preso de forma atroz a uma árvore da Cadeia.

Calcula-se, portanto, que o Provedor tinha forte poder de decisão nas questões que norteavam as internações do Asilo. Esse poder talvez estivesse amparado, também, no fato de que alguns provedores, por se dedicarem mais a seu trabalho, conseguiam imprimir um respaldo maior a sua função, e presença nas duas instituições. No caso do provedor Pedro Augusto de Souza Mendes, era visível sua atuação nessa função, durante o governo de Antonino Freire da Silva e posteriormente durante o governo de Eurípedes Clementino de Aguiar. Nesses dois períodos, era consenso que o provedor Pedro Mendes exercia de forma incisiva a Direção da Santa Casa e do Asilo, usando de vários meios para dar as duas instituições o melhor desenvolvimento que deveriam ter, sendo destacada pelos respectivos governadores a forma como o provedor administrava a Santa Casa e o Asilo e tentava equilibrar as finanças dos hospitais. Cumpre notar, por outro lado, que nesse impasse sobre a internação do “louco”, percebe-se que o cargo de Provedor das duas instituições projetava disputas de poder que respingavam fortemente no Asilo e na forma como o governo cuidava desse nosocômio.

Assim, as representações deixadas em relevo sobre o Asilo estavam mais relacionadas às carências financeiras que geravam a falta de melhor assistência aos ditos loucos e as quais a sociedade teresinense percebia com maior amplitude, considerando-se que a ausência de medicamentos, alimentação e roupas criavam cenas mais alarmantes aos olhos de um grupo maior do que daqueles que lidavam de forma mais direta com os alienados. É importante, no entanto, dizer que, naquele contexto, o internamento de alienados nos hospícios, mesmo em precárias condições, emergia como algo necessário, na medida em que implicava não só o tratamento dos “loucos”, como também o isolamento desses, para que não obstruíssem o processo de higienização da cidade.

Quanto aos considerados loucos, não há como saber o que sentiram diante de todas essas falas, quando lá foram internados, pelo fato de não nos ter sido possível acessar registros dos próprios internos. Talvez nem houvesse mesmo, considerando-se que muitos

eram indigentes, e, os que tiveram a oportunidade de deixar algum registro, esses se perderam, como se perderam muitos outros, feitos por médicos [prontuários, fichas de internação, solicitações de internação, etc] sobre os “loucos” que ficaram internados dias, meses e anos “presos” entre as paredes dos cubículos do Asilo até que recebessem “alta” ou fossem mais um na fria estatística dos que faleceram naquele hospital. Desse modo, o que representava o Asilo para os alienados ficou muito mais no silêncio e na invisibilidade.

Havia também raros momentos em que rompiam esse silêncio, quando buscavam provar que não haviam perdido sua “razão”, ou quando se rebelavam e fugiam da vigilância, das grades e correntes que os prendiam, apontando que, mesmo em seus momentos de [des]razão, não aceitavam os confinamentos em um lugar estranho, que lhes tirava sua liberdade. No meio de altos e baixos do Asilo, havia aqueles que se levantavam a favor dessas rupturas naquele hospício e bradavam que era necessário “dar àquelles infelizes indigentes um momento de liberdade” (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TERESINA, 1930, p 5) e melhorar as “as condições materiais da casa do Asylo”, para não ser apenas “mais uma casa de doidos”.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. M. B. de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina.** Teresina: EDUFPI, 2010.

CAPONI, S. Da **Compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

CORBIN, A. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** Trad. Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

GOMES, E. de O. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892).** 2011. 92f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES, H. **Para uma psiquiatria piauiense.** Teresina: COMEPI, 1994.

NA CASA de Detenção: um louco amarrado pelo pescoço, debaixo de um umbuzeiro. **O Piauí**. Teresina, Ano I, n. 60, 17 out. 1918.

PIAUI. Governo (1900-1904: Nogueira). **Mensagem apresentada pelo Exm. Sr. Governador do Piauí, Arlindo Francisco Nogueira, à Câmara Legislativa do Estado do Piauí**. Teresina: Typ. do Piauí, 01 jun. 1904

PIAUI. Governo (1904-1907: Mendes). **Mensagem apresentada pelo Exm. Sr. Governador, Álvaro de Assis Osório Mendes, à Câmara Legislativa Estadual do Piauí**, Teresina 01 jun.1905.

PIAUI. Governo (1904-1907: Mendes). **Mensagem do Exm. Sr. Governador do Piauí, Álvaro de Assis Osório Mendes, apresentada à Câmara Legislativa**. Teresina, 01 jun. 1906.

PIAUI. Decreto nº. 71. Publica os Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Teresina [**Livro de Leis e Decretos do Piauí**] Teresina, Palácio do Governo, 17 mar. 1898.

SANGLARD, G. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. **Revista Esboços**, n. 16, Santa Catarina, p.11-33, 2006.

SANGLARD, G.; FERREIRA, O. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 71-91, jan./jun., 2014.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TERESINA. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado do Piauí, Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, José Furtado de Mendonça**. Teresina 04 set. 1906 (Documentação da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Arquivo Público do Piauí – “Casa Anísio Brito”).

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TERESINA. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado do Piauí, Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, Pedro Augusto de Sousa Mendes**. Teresina, 16 maio 1918 (Documentação da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Arquivo Público do Piauí – “Casa Anísio Brito”).

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TERESINA. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado do Piauí, Sr. João de Deus Pires Leal, pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, Sr. Júlio Rosa**. Teresina, 10 maio 1930 (Documentação da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Arquivo Público do Piauí - “Casa Anísio Brito”).

SECCÃO PAGA. **O Commercio**. Teresina, Ano II, n.52, 23 jun 1907, p.2.